

gerais

SETEMBRO DE 2003 - ANO I - Nº03 - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**U(E)PA!
A UNICAMP DE
PORTAS ABERTAS
PÁG. 3**



**VESTIBULAR DA
UNICAMP-
DEMOCRÁTICO?
PÁG. 13 E 14**

**REFORMA DA
IMPREVIDÊNCIA
PÁG. 10 E 11**

**UM CONTINENTE
CONTRA A ALCA
PÁG. 4**

**A UNICAMP
CONTINUA NEGANDO
APOIO A EXTENSÃO
PÁG. 5**

Quando a orgia de demagogias vira “democracia”

Esta edição do Gerais pega a universidade em um momento de abatimento. A proposta de reforma da Previdência, que se deu de maneira atropelada e praticamente desconsiderou a voz dos trabalhadores do serviço público sinaliza para um desmonte ainda maior do Estado. Óbvio que foi para modificar a política neoliberal de FHC que a maioria dos movimentos sociais e dos brasileiros escolheu Lula presidente do Brasil. Mas, era sabido de antemão que sua eleição não implicaria no cruzamento de braços destas pessoas; pelo contrário, sabia-se que os movimentos sociais teriam trabalho para fazer com que o Estado brasileiro, desde sempre sob o comando da elite, estivesse agora ao lado da classe trabalhadora. O que pouca gente imaginava é que este trabalho seria tão árduo.

Sob um discurso de democracia partidária e de pacto social, a tendência interna que hoje controla o PT (“Articulação”, de José Genoíno e José Dirceu) tenta rotular pejorativa e genericamente as muitas pessoas e movimentos que clamam por mudanças efetivas como radicais e inconseqüentes. Assim se deu com os servidores públicos, com a multidão que protestou nas duas Marchas à Brasília, com as dezenas de universidades que entraram em greve contra esta reforma (inclusive a Unicamp). Ao contrário do que pensam estes líderes, o momento atual cobra cada vez mais a participação dos eleitores de Lula para inverter o jogo destes 500 anos, e isso não é fazer o jogo da direita; muito pelo contrário, é cuidar para que esta chance de superação de injustiças sociais históricas não se perca. Neste cenário, é notória a importância dos temas abordados nesta edição do Gerais, além da matéria sobre a Previdência.

Pois, dentro do mesmo pacote neoliberal, temos pela frente a ameaça da implementação da ALCA; uma matéria especial traz informações sobre a mobilização continental contra a ALCA, e levanta a importância de se discutir o tema e do abaixo-assinado que solicita do governo brasileiro um plebiscito oficial sobre a questão. O “Espaço do CA” desta edição traz uma matéria do Centro Acadêmico de Pedagogia sobre a razão de ser do Boicote ao Provão, exame de “avaliação” do ensino superior dos tempos de FHC que continuou neste primeiro ano de governo Lula, embora o ministro da educação avise que um novo modelo de avaliação esteja sendo planejado.

Na Unicamp, os eventos organizados pelos estudantes buscam discutir as questões da conjuntura atual, sem desconsiderar as internas (buscando, na medida do possível, relacioná-las). São exemplos disso o 3º Amigos do MST, o 3º Encontro de Representantes Discentes e o 2º Seminário de Extensão; além do 5º Congresso dos Estudantes, por vir. E por falar em extensão, o Grupo Aberto que promoveu o 2º Seminário relata as dificuldades da realização do evento e de se obter o reconhecimento institucional da Unicamp para a extensão. Será que é esta uma “Unicamp de Portas Abertas”? Para as grandes empresas transnacionais, para os bancos (como os patrocinadores da UPA), para aqueles que podem pagar pelos chamados “cursos de extensão” e neles se enquadram, pode ser uma Unicamp de portas abertas. Mas, talvez não seja para aqueles estudantes de segundo grau que sequer sabem que a Unicamp existe, muito menos que ela oferece algumas isenções da taxa de inscrição do seu vestibular.

A mesma reitoria que apresenta a Unicamp como aberta e democrática é aquela que no dia 26/06/2003 impediu a entrada de pessoas no campus para uma festa política de estudantes que protestavam exatamente contra outra medida autoritária: a proibição de festas. Aqueles que controlam esta universidade estão mesmo interessados em democratizar o acesso a ela (garantindo condições para que os alunos, especialmente os de baixa renda, nela permaneçam), sendo autoritários e usufruindo, para seus desmandos, da estrutura arcaica dos espaços institucionais internos? Não é o que nos dizem fatos como o da proibição de festas, da política mercenária da pró-reitoria de extensão, das barreiras da Comvest acrescidas à barreira natural do vestibular, da inexistência de uma representação paritária entre professores, funcionários e estudantes.

expediente

Ano I - Número 3 - Setembro / 2003

Jornal Gerais é uma publicação da Comissão de Comunicação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unicamp (www.dceunicamp.hpg.com.br/dce/) Tiragem: 10.000 exemplares, distribuídos gratuitamente pelos *campi*, na cidade de Campinas e estrategicamente em todo o território nacional (via entidades sociais e estudantis) Cartas: Rua Euclides da Cunha, nº 71 - Cidade Universitária Zeferino Vaz - CEP: 13081-970 - Campinas (SP) :: Telefones/Fax: (19) 3788-7042 / 3788-7910 Capa e diagramação: Denis Prado Forigo Revisão: Paulo José Vieira Colaboraram com materiais para esta edição: Centro Acadêmico da Economia (CAECO), Centro Acadêmico do Instituto de Artes (CAIA), Centro Acadêmico de Letras e Linguística (CALL), Centro Acadêmico de Pedagogia (CAP), Comissão de Avaliação, Currículo e Projeto Pedagógico do DCE, Diversidade Sexual, Goldwin Zimmermann da Silva, Grupo Aberto de Extensão, Luciana Leandro da Silva, Mariana Jafet Cestari e Núcleo Pela Reforma Agrária “Carlos Marighela”. Coletivo Gerais: Conrado de Sousa, Denis Prado Forigo, Eduardo Tomizawa, Elcio Magalhães, Fábio Marvulle Bueno, Fábio Saito dos Santos, Fernanda Gui, Francisco Carneiro de Filippo, Gislaine Oliveira, Jefferson Rodrigues Vasquez, Marcela Dias Moreira, Marcelo José de Azevedo, Mateus Camargo Pereira, Moab Luiz da Costa, Paulo José Vieira, Rafael dos Santos Pereira, Projeto de Extensão Comunitária “Imprensa e Sociedade”, Ricardo Cioldin.

Upa! Upa!

unicamp de portas abertas...



siga em frente!

*"Que venham a mim as criancinbas",
disse o Magnífico, e as portas da Unicamp se abriram!*

UPA! Para a comunidade, dois dias...

Nos dias 29 e 30 de Agosto de 2003, a Unicamp estará de portas abertas para estudantes de todo o país que queiram conhecer esta que é uma das mais importantes universidades e centros de pesquisa. A expectativa é de receber 40 mil estudantes, que virão organizados em caravanas para o passeio. Esta é uma rara oportunidade para pessoas (dentre as quais muitas que nem chegarão a prestar o vestibular) visitarem esta universidade.

Por falar nisso: UPA! A barreira do vestibular, poucos conseguem saltar! Apenas 1% dos estudantes que concluem o ensino médio ingressa em universidades públicas. A democratização do acesso ao ensino superior público não é prioridade para os que estão preocupados com a mercantilização da educação: uma visita anual basta. Este ano, a Unicamp também fechou suas portas para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que realizava anualmente seu curso de formação de jovens anualmente no **G i n á s i o** (www.dceunicamp.hpg.ig.com.br/entrevistas/070503stedile.htm).

UPA! Para as empresas, o ano todo, inclusive os dois dias...

A Universidade Estadual de Campinas é conhecida pela qualidade de seu ensino e pela realização de pesquisas avançadas em todas as áreas do conhecimento em que atua. Pesquisas estas, em grande parte, voltadas para as demandas de empresas transnacionais (como a Microsoft e a Motorola; leia sobre em: www.dceunicamp.hpg.ig.com.br/especial/privatizacao/070503unicampvenda.htm).

Se é apenas neste fim de semana que a Universidade estará aberta para a comunidade, não podemos nos esquecer que ela permanece todo o ano aberta para as empresas e também para os cursos de "extensão" pagos. O curso mais recente, de Especialização em Gestão de Inovação Tecnológica, oferecido pelo Instituto de Geociências, custa 12 mil reais.

Enquanto isso, não há nenhum reconhecimento por parte da reitoria

para os mais de vinte projetos de extensão. Com uma visão muito diferente da que tem a Escola de Extensão (Extcamp, que agrupa os cursos pagos), os projetos realizados em sua maioria por estudantes atuam principalmente no entorno da universidade, para a comunidade excluída por esta e pelas empresas interessadas somente no lucro.

Para quem se surpreende com todos esses anúncios dos patrocinadores da UPA, aí vai uma curiosidade: eles não estão presentes apenas neste fim de semana. Os bancos têm seu território estabelecido e garantido - assim como a Ajinomoto e a Microsoft - dentro deste espaço "público" (apropriado para fins privados de desenvolvimento e publicidade), ao passo que os projetos de extensão foram desalojados de sua sede.

UPA! Qual é a noção de "público"? Qual é o sentido da universidade pública?

Esta universidade está sendo e,

privatizada, gradativamente, de maneira que muitos não se apercebem (ou não querem se aperceber); esse processo de privatização não é divulgado pela Unicamp para a comunidade externa, a qual se vê longe da universidade sem saber que isso ocorre e quais as implicações diretas e indiretas que isso causará. Ao público que vem visitar a universidade, ficam: o questionamento sobre o porquê de se destinar apenas dois dias de portas abertas e a necessidade de defendermos e nos apropriarmos desse espaço.

por Gislaine Oliveira, estudante em artes cênicas pela Unicamp e integrante do projeto de extensão "Matula- Arte e exclusão social" e Moab Luiz da Costa, estudante de geografia pela Unicamp.

A nova fase da CAMPANHA contra a ALCA

A proposta de integração econômica entre os países americanos (com exceção de Cuba) por meio da eliminação de barreiras comerciais (bens, serviços, agricultura e compras governamentais) e do estabelecimento de regras comuns nas áreas de propriedade intelectual, subsídios e investimentos, conhecida por Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e inicialmente feita pelos EUA na Cúpula das Américas de 1994, está em plena negociação para vigorar a partir de 2005.

Tendo em vista as profundas implicações sócio-econômicas e culturais que a ALCA trará para toda a América Latina, setores da sociedade organizada, como igrejas, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, entre outros, começaram a discussão, no ano de 2001, de uma Campanha Intercontinental Contra a ALCA, lançada no Fórum Social Mundial de 2002.

A partir de então, a Campanha realizou, pelas três Américas, a partir da formação de comitês populares locais, um intenso esforço de esclarecimento da população sobre o que era a ALCA e quais seriam as consequências de sua implantação. Paralelamente, estabeleceu-se que consultas populares sob a forma de plebiscitos não-oficiais seriam realizadas em todos os países americanos, para que a população expressasse sua opinião sobre o assunto e para que os resultados servissem como forma de pressionar politicamente os respectivos governos na postura quanto à ALCA.

O panorama continental da campanha é o seguinte: Canadá e EUA realizam consultas através da Internet; México começou consulta em outubro de 2002, que se estende até 2003; Haiti e Venezuela continuam os esforços de esclarecimento,

COMITÊ DCE UNICAMP
Campanha Continental contra a ALCA
Quartas-feiras
às 18h
na sede do DCE

Reuniões abertas a todos os interessados

mas adiaram seus plebiscitos para o ano de 2003, sem data confirmada; as mobilizações boliviana, chilena e peruana concentram-se no debate com a população; Argentina se prepara para um plebiscito ainda em 2003; Equador realizará uma consulta no próximo dia 12 de outubro.

No Brasil, realizamos um plebiscito de 1º a 7 de setembro de 2002, com duas perguntas sobre a ALCA e uma terceira sobre a cessão, para os EUA, da base de lançamentos de foguetes em Alcântara (MA). No total, foram somados 10.149.542 de votos, dos quais 98% defenderam que o governo não deve assinar o acordo de livre comércio, 95% pediram a retirada do Brasil das negociações e

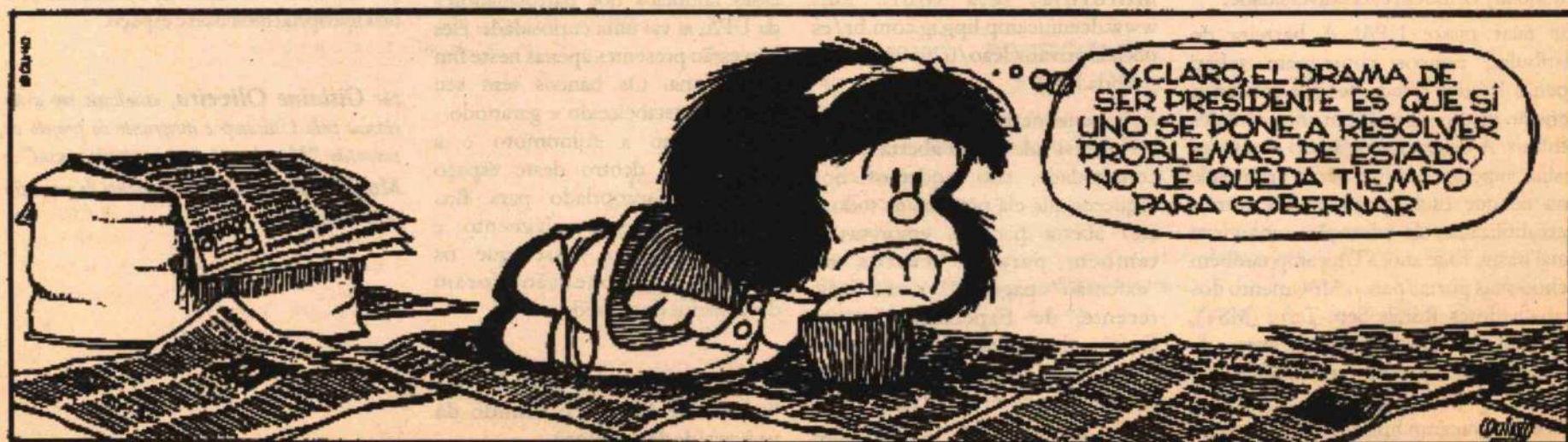
98% foram contra a entrega da base de Alcântara.

Dado o quadro de mobilização por todo o continente, a Campanha entrou em uma nova fase a partir do Fórum Social Mundial de 2003, no qual se definiu, além da continuidade do esclarecimento da população, a busca de plebiscitos oficiais em todos os países americanos. Seguindo esta nova estratégia, a Campanha brasileira, além da continuidade das discussões com a população, se empenhará em duas grandes mobilizações: o Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro, encerrará a semana de Vacinação contra a ALCA, de 1º a 7 de setembro, que consiste em coleta de assinaturas para um abaixo-assinado

pedindo a realização de um Plebiscito oficial (possibilitado pelo item I, artigo 14, da Constituição Federal de 1988 e encaminhado pelo projeto do senador Saturnino Braga que espera o parecer da comissão mista do Mercosul) sobre a entrada do Brasil na ALCA, a ser encaminhado ao Congresso Nacional pela Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações sobre a ALCA e em Defesa da Soberania (a qual se constituiu a fim de buscar a convocação do Plebiscito).

A princípio, tenta-se convocar o Plebiscito para abril de 2004, nos moldes do realizado no início da década de 1990 sobre a forma de governo no Brasil, com horário eleitoral obrigatório nos meios de comunicação e estrutura para votação a cargo da Justiça Eleitoral. Entretanto, para que o Plebiscito se concretize, a participação de todos nós é imprescindível, formando ou procurando um Comitê Popular da Campanha, discutindo os efeitos da ALCA, coletando assinaturas para o abaixo assinado (modelo disponível na página oficial da Campanha Contra a ALCA - <http://www.jubileubrasil.org.br/>) e, por fim, mas não menos importante, participando dos eventos e mobilizações contra a ALCA.

Fábio Marvulle Bueno
(fmbueno@eco.unicamp.br) é estudante de pós-graduação do Instituto de Economia / Unicamp e integrante do Comitê Unicamp contra a ALCA.



O que é a Extensão em que a c r e d i t a m o s ?

A Universidade se baseia num tripé: ensino, pesquisa e extensão. A extensão é o que deve garantir que o ensino e a pesquisa dentro da universidade não funcionem descolados da realidade brasileira. A extensão deve ser realizada para que o conhecimento produzido dentro da universidade se desenvolva segundo as demandas sociais da maioria da população brasileira. A extensão em que acreditamos busca uma troca de saberes com a comunidade. Participam do Grupo Aberto de Extensão da Unicamp vários projetos que acreditam nesse ideal e procuram praticá-lo; projetos que vivem há mais de 5 anos sem apoio oficial da Unicamp: Cursinho Alternativo da Moradia, VEJA (Supletivo), MAP (Alfabetização de Jovens e Adultos), projetos que trabalham com arte-educação e leitura (Trilharestórias), com arte e exclusão social (Mano-a-Mano) e vários outros. Todos esses projetos procuram seguir os ideais do grande educador brasileiro Paulo Freire, que pregava a comunicação, o diálogo, a troca de saberes para a construção conjunta do conhecimento.

Na última edição do Gerais (<http://www.dceunicamp.hpg.ig.com.br/publicacoes/jornal/002.htm>), estávamos informando sobre as mentiras que a PREAC (Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários) vinha levantando em relação às promessas de financiamento e de construção de uma política de apoio aos diversos projetos de extensão que trabalham com a população excluída de Campinas e região. Como consequência da negação do dinheiro já aprovado no CONSU (Conselho Universitário), os projetos organizaram um ato em frente à PREAC, após um dia inteiro de atividades.

Deste ato, ouviu-se a palavra do pró-reitor Rubens Maciel Filho de que a comissão para pensar a política de apoio seria oficializada, e que os projetos seriam novamente reavaliados. Passado todo o primeiro semestre, o saldo que temos de muitas negociações e de tentativas de diálogo é o seguinte:

- Nenhum projeto de extensão (cursinhos populares, oficinas de leituras, alfabetização, trabalhos de arte e exclusão social, educação ambiental, etc.) desenvolvidos por alunos e cuja demanda surgiu das próprias comunidades está sendo apoiado.

- Para se conseguir financiamento, a PREAC exige histórico escolar dos alunos participantes. O cúmulo foi negar papel e caneta para aqueles que fizeram estágio de vivência em julho no MST, porque não teriam um histórico bom. Segundo o assessor Roberto Vilarta, esta medida é feita para incentivar os alunos a se formarem o mais rápido possível.

- A comissão de extensão não foi criada. Para enrolar os projetos, o assessor Roberto Vilarta marcou uma série de reuniões com os projetos para apresentar modelos de como se fazer trabalho na comunidade. De acordo com o pró-reitor Rubens Maciel, institucionalizar a comissão daria "muito trabalho" burocrático.

- Por fim, ao organizarmos o 2º Seminário de Extensão, realizado do dia 21 ao dia 24 de agosto deste ano, a PREAC não cumpriu com o combinado, entregando menos material e ainda fora do prazo (foi aprovado somente pasta, caneta e cartaz). Dentre o que foi negado, estavam a passagem de ônibus para transportar o pró-reitor da UFSCar (enquanto isso, a PREAC pagava passagem para trazer as

passistas da Vai-Vai para uma mostra), o transporte dos participantes do seminário até o bairro vizinho Real Parque e os "banners" para os projetos.

- A negação do pedido dos banners foi feita sob a alegação de que os projetos de extensão vêm fazendo muitas críticas à Unicamp. Ou seja, quiseram nos comprar. Quiseram que esquecêssemos a luta por uma universidade justa em troca de alguns banners. A hipocrisia e a politicagem tomaram conta desta pró-reitoria.

Infelizmente a Unicamp continua desrespeitando o Plano Nacional de Extensão Universitária (que pode ser acessado em www.renex.org.br), que ela mesma assinou. A Unicamp continua não apoiando os projetos, continua tornando esta universidade

a comunidade-que-nada-sabe-o-conhecimento. alunos, colocando a universidade como fonte única de saber com a missão de levar até seguem nenhuma linha pedagógica; procuram transferir o conhecimento para os meta o trabalho intensivo principalmente com jovens e crianças. Esses cursos não sendo que o Plano Nacional de Extensão (da qual a Unicamp é signatária) pode como da própria Escola de Extensão (órgão que controla esses cursos pagos dentro da atingindo portanto uma elite, uma minoria. Sabemos também, através de estatísticas 70% das pessoas que participam dos cursos pagos possuem nível superior, "extensão" que funcionam na Unicamp são ilegais. Nessa outra extensão, mais de publicas deve ser gratuita. Portanto, os cursos de especialização na modalidade Constituição: que qualquer atividade que caracterize ensino em instituições Antes de tudo, porque é paga e contraria o que determina a especialização pagos. Por que não acreditamos nessa "extensão"? Unicamp: cursos pagos de extensão e cursos de E a extensão que é apoiada oficialmente pela a c r e d i t a m o s ? a Extensão em que não O que é

extensão comunitária

por que

A

UNICAMP

continua

NEGA_{ndo}

APOIO?

cada vez mais elitista e mais afastada da sociedade na qual está inserida. E, ainda, continua a ignorar (quando não, a calar) as experiências de outras universidades que vêm buscando adotar modelos coerentes de extensão universitária, como a UFSCar, a UFMG e a Universidade Federal de Uberlândia. É uma pena.

A partir de agora, os projetos estarão se rearticulando e procurando novas formas de crescer, conseguir apoio e institucionalizar-se, sem nunca esquecer dos objetivos e dos princípios básicos da extensão, de acordo com o Plano Nacional de Extensão:

"Assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer a

retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;

- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania".

O Grupo Aberto de Extensão é composto por integrantes de diversos projetos de extensão da Unicamp, bem como por outras pessoas interessadas, que se reúnem semanalmente. Para obter maiores informações sobre o grupo ou sobre alguns dos projetos de extensão desenvolvidos, entre em contato com o grupo (salaextensao@yabogrupos.com.br) ou acesse a página www.dceunicamp.hpg.ig.com.br/projetos/.

o levante dos possessos e a luta pela paridade

No dia 26/06/2003, aconteceu uma grande festa político-cultural no quintal do Instituto de Artes: o Levante dos Possessos III. Com uma forte preocupação com a integração entre estudantes (ainda maior que as outras), a festa contou com cooperação de muitos, desde sua concepção até sua execução: milhares de estudantes assinaram um documento se co-responsabilizando pela atividade e se manifestando contrariamente à proibição autoritária da reitoria; centenas de estudantes participaram diretamente da organização.

E onde estava a violência das festas?

Desta vez a violência ficou por conta das ordens do reitor Carlos Henrique de Brito Cruz, que deslocou muitos seguranças (entre eles homens que nem uniformizados estavam, muito menos identificados com crachás ou autorizados por qualquer documento escrito), seguindo carros, perseguindo pessoas, fazendo barreiras em ruas do campus, colocando sob cárcere privado uma estudante, não permitindo que pessoas entrassem no espaço público, além das ameaças de represálias contra os estudantes que fossem identificados. Os estudantes sofreram a constante ameaça psicológica de que a qualquer momento a Polícia Militar seria autorizada a entrar no campus para acabar com o evento, além da ameaça física da chefia de segurança da Unicamp, que expressamente autorizou que os seguranças agredissem os estudantes se fosse necessário e tomassem

seus equipamentos artísticos. Tudo isso foi superado pela autonomia do Movimento Estudantil da Unicamp.

Com a boa organização do evento, com a forte decisão dos estudantes em realizar a festa e com a chegada da imprensa, da assessoria jurídica do DCE e de cada vez mais estudantes, os momentos tensos iniciais propiciados pelas ameaças da reitoria foram superados, e a festa se desenvolveu tranquilamente. A festa contou com DJs, Rádio Muda, banda de forró, apresentações circenses (além de outras espontâneas), carro de som do STU (uma vez que o som do evento foi proibido de entrar) e até uma ciranda simpática que colocou no meio da roda o prefeito do campus, que se viu frustrado em sua tentativa de barrar a manifestação festiva.

E agora, Unicamp?

Até quando agüentaremos tantos desmandos? Foi provado que é possível ocorrer festa sem brigas ou assaltos, e que a festa não é causa necessária da violência (uma vez que esta é um fenômeno que acontece em toda a sociedade, especialmente na nossa onde as diferenças sociais são exacerbadas), e que a maioria dos professores membros do Conselho

Universitário - CONSU não têm acúmulo de discussão suficiente sobre violência; suas atitudes de coibir as festas e a bebida para acabar com a violência de nada adiantam, por exemplo, para os estudantes do campus da Unicamp em Limeira, que pagam pedágio para assaltantes (denunciado pelo Centro Acadêmico de Tecnologia - CAT, que vem tentando mobilizar a sociedade para acabar com o problema, inclusive, mediante iniciativas como o Cursinho Popular criado pelos estudantes), ou aos roubos que o DCE vem sofrendo nos últimos meses e contando com as vistas grossas da reitoria.

Não podemos ter medo da violência ou empurrá-la para debaixo do tapete; temos que enfrentá-la, e não com medidas superficiais. Temos que atingir diretamente a causa, através da partilha da vida, dos direitos e dos espaços, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras; que a universidade se abra à sociedade, de várias maneiras e sistematicamente, e não restringindo-a, ou somente o fazendo pontual ou demagogicamente em eventos esporádicos como alguns promovidos pela Unicamp.

A luta perdura, mas será sempre tão dura?

Esperamos a participação de cada vez mais estudantes na construção das próximas festas; que sejam melhores ainda e consigam avançar na discussão sobre democratização do acesso à universidade e sobre a democracia nos espaços institucionais. Nisso se insere a busca pela paridade, pois hoje a representação no CONSU (e na maioria dos espaços institucionais) é de 3/5 de professores, 1/5 de funcionários e 1/5 de estudantes (além dos diretores da unidade que também são professores). A paridade (mesma representatividade e mesmo peso de voto entre as categorias, ou "estamentos") é essencial a uma universidade que não queira que seu espírito democrático se resuma à retórica vazia, e para que os estudantes e funcionários, em conjunto com a comunidade externa, tenham o direito de também decidir sobre os rumos da universidade e do projeto de sociedade da qual ela participa.

Coordenação DCE Unicamp.

Gestão "Domínio Público.
Universidade de todos"

dce_2003@yahoogrupos.com.br /
Telefone: (19) 3788-7042 / 3788-7910.

Centro Cultural Estação Guanabara,

A Unicamp quer romper as cercas e ir de encontro à população de Campinas. Parece que está próximo o início das obras do "Centro Cultural Estação Guanabara", proposto pela Funcamp em parceria com a Unicamp e que deve fazer parte da gestão Brito.

Quem entrar no site da PREAC (www.preac.unicamp.br), na parte de projetos, vai se deparar com a apresentação de um projeto grandioso de recuperação da antiga estação ferroviária da Guanabara, patrimônio histórico de Campinas. No ponto de revitalização do patrimônio histórico, o projeto toca na revitalização do entorno da Estação, afirmando que se trata de uma área degradada e com problemas de segurança pública.

Este parece ser o ponto mais próximo em que o projeto da Unicamp se refere à comunidade

da Mogiana, que mora na Estação e nos arredores, depois de ocupar as áreas públicas no qual nem o Estado nem a universidade intervinham positivamente nos últimos dez anos. Os moradores da Mogiana sobrevivem do centro da cidade, através de atividades como a reciclagem. Na ocupação da estação de trem, alguns moradores criaram o Centro Cultural Pomba Negra, que acompanha e desenvolve atividades culturais e educacionais para toda a comunidade da Mogiana (como batucada, capoeira angola e biblioteca). Há quase um ano, o projeto de extensão "Trilharestórias" (de alunos da Unicamp) faz contação de histórias e brincadeiras com as crianças da comunidade.

Veio a dúvida de que estas pessoas se encaixariam na galeria de artes e cafeteria do projeto da Unicamp. Em reunião realizada dia 23/08/2003 entre professores da Unicamp que

propõem o projeto e os moradores da Mogiana, que aconteceu na Estação onde futuramente será construído o Centro Cultural, os moradores levantaram questões como esta, exigiram que o desalojo fosse feito depois de garantia de moradia no centro da cidade por parte do poder público, propuseram que a Unicamp se posicionasse contra o uso de violência no desalojo e pediram que fosse marcada uma nova reunião com o mesmo caráter de negociação. As negativas vieram para todas as reivindicações, com exceção da primeira, que dizia respeito ao acesso. Ficam as dúvidas e as ironias.

Mariana Jafet Cestari

(marianacestari@hotmail.com) é estudante de letras da Unicamp, coordenadora do Centro Acadêmico de Letras e Linguística (CALL) e participa de projeto de extensão comunitária que trabalha com a comunidade da Mogiana.

para quem?

visite o novo
site do DCE
www.dceunicamp.hpg.ig.com.br

Universidade de todos
Domínio Público
 Diretório Central dos Estudantes

notícias, artigos, cardápio do bandeirão,
 tabela das Calouríadas, CAs, agenda...

Espaço do CA

provão NA contramão DA educação

Algo que muitas pessoas ainda não compreendem é o motivo pelo qual alguns cursos da Unicamp, como o de Pedagogia, têm se negado a fazer o Provão, ou em outras palavras, tem "boicotado-o". O assunto "avaliação" é objeto de estudo da Pedagogia e dos educadores, mas nem por isso deve se restringir a este grupo, uma vez que a relevância do tema permeia a realidade de todos os cursos.

Os educadores, a partir de suas discussões, sempre apontaram que por trás do Provão havia uma ideologia política que não estava de fato comprometida com o direito de todos pelo acesso à educação de qualidade. Num país tão desigual, onde a maioria das pessoas não tem condições dignas de vida e por vezes sequer têm voz, acreditamos que a educação, com sua devida qualidade, pode ser a alavanca que irá impulsionar a construção de um país mais justo e melhor.

No boletim publicado pelo Centro Acadêmico de Pedagogia em junho deste ano, anunciamos que o Provão se funda numa proposta política neoliberal de favorecimento do mercado e da iniciativa privada, reforçando assim a minimização do Estado e as desigualdades de acesso ao ensino superior. Torna-se visível que, com o Provão, o governo apenas se propôs a avaliar as instituições de ensino superior, e não a se comprometer de fato com a melhoria e expansão das

instituições públicas, que são escassas e têm poucos recursos (em especial as federais).

Outro fato que questionamos é que o Provão traz a promessa de controlar e fiscalizar principalmente a formação oferecida pelas instituições superiores privadas, as quais vêm se expandindo rapidamente pelo país. Segundo noticiário recente (Folha de São Paulo, 03/08/2003), nos últimos dois anos as instituições privadas aumentaram em 45%. Mas o modelo de exame conhecido como Provão não conseguiu apontar de forma eficaz as falhas existentes nas instituições que não se comprometem com a educação e fazem dela mera mercadoria.

Os estudantes e profissionais que questionam o Provão não duvidam da necessidade de uma avaliação que seja aplicada às instituições superiores, desde que tal avaliação garanta de fato a qualidade na formação de cada profissional. Consideramos que uma avaliação de verdade deve contemplar todos os aspectos da formação, e isso não pode ser feito num único dia e de forma tão homogênea. A avaliação precisa considerar todos os passos do aluno, desde as condições com que chegou à universidade, até seus progressos e sua vivência.

Diante destes fatos, o "Boicote ao

Provão" se tornou a única forma de forçar as autoridades a revisar esta forma de exame e a propor uma verdadeira avaliação. Além disso, o Boicote nunca foi uma ação isolada dentro do Movimento Estudantil de Pedagogia, mas sempre acompanhada de muitos debates e também de manifestações públicas que demonstrassem à sociedade os verdadeiros motivos pelos quais nos opúnhamos a este modelo de prova. Todos os anos, e cada vez mais, estudantes de inúmeros outros cursos (da Unicamp e de outras universidades) aderem ao Boicote.

O nosso atual ministro da educação Cristóvam Buarque declarou há alguns meses atrás que reconhece a ineficácia do Provão e prometeu reavaliar o exame. A notícia foi muito bem recebida pelos educadores, e até a possibilidade de retirada do Provão foi levantada pelo ministro.

Mas a alegria dos que sempre se opuseram ao Provão durou pouco, pois os educadores e o Movimento Estudantil de Pedagogia acabaram de receber uma "surpresa" de nosso duvidoso governo: com ou sem Provão, já temos pela frente o Exame Nacional de Certificação (portaria 1403, de 09/06/2003), o qual irá avaliar as competências dos professores segundo parâmetros que não se sabe de onde saíram, e que tem previsão para começar em janeiro de 2004.

Tal medida instaurada de cima para baixo, sem consulta alguma dos demais membros da sociedade, contraria o modelo democrático de educação pelo qual sempre lutamos. Além disso, a valorização do professor não ocorrerá simplesmente a partir de gratificações oferecidas para quem tirar boas notas neste novo exame. A valorização real apenas se dará quando forem melhoradas as condições de trabalho, de formação e de salário dos professores. Hoje, o salário médio de um professor que trabalha em período integral é de 530 reais.

Ao contrário do que esperávamos, ainda são muitas as políticas implantadas que caminham na contramão de uma educação que seja de qualidade e para todos. Resta dizer que a luta dos educadores por uma avaliação de verdade e por políticas que de fato valorizem a formação de todos os profissionais ainda continua; enquanto não surte efeitos, continuaremos "boicotando" estas políticas que enganam os brasileiros, prejudicam a formação de nossos profissionais e, conseqüentemente, o desenvolvimento justo e real de nossa sociedade e de nosso país.

Luciana Leandro da Silva

(lulu_ped@yahoo.com.br) é estudante de pedagogia e coordenadora do CAP - Centro Acadêmico de Pedagogia.

Rádio MUDA 105,7 FM Livre

Conheça a rádio Muda, FM livre do campus de Campinas, e ouça on-line a programação

www.radiomuda.hpg.com.br



José Ribamar Ferreira

(Ferreira Gullar): "... e obrigo o tempo a ser verdade"

Você já ouviu falar de José Ribamar Ferreira? Zé Ribamar é um nordestino, filho de quitandeiro e que não teve na sua infância nenhum livro em sua casa. Cresceu rodeado de galinhas e galos em seu quintal, e coberto por inúmeras constelações. Uma figura bem comum do nordeste brasileiro. Zé Ribamar logo começou a escrever, aos 13 anos, e passou a ser frequentador assíduo da biblioteca municipal de sua cidade, São Luís do Maranhão. Sentia desde criança que precisava fabricar a vida no cotidiano pobre de sua São Luís-Mundo, e que a literatura - a poesia em especial - lhe serviria bem de engenho. Mergulhou fundo em sua aventura amorosa com a poesia e com a vida. Depois de anos de peleja com a diva e com a sua realidade (tão brasileira), esse rapaz maranhense certa vez recebera elogios de um poetinha: "é o último grande poeta brasileiro vivo!" Esse poetinha era Vinícius de Moraes, e o rapaz - que nessa época já se chamava por seu nome artístico - era Ferreira Gullar. Hoje, com os seus 73 anos de idade, Ferreira Gullar é ainda o maior poeta vivo de nossas terras, artista plástico, pintor, contundente crítico de arte e fantásticamente desconhecido.

"Sou um poeta do Nordeste brasileiro, um poeta do Maranhão, da cidade de São Luís do Maranhão. Sou um poeta da Rua do Coqueiro, da Rua dos Afogados, da Quinta dos Medeiros, do Caga-Osso, da Rua do Sol e da Praia do Caju. Um poeta da casa do quitandeiro Newton Ferreira, da casa de Dona Zizi, irmão de Dodô e de Adí, de Newton, de Nelson, de Alzirinha, de Concita, de Leda, de Norma, de Consuelo, amigo de Esmagado e de Espírito da Garagem da Bosta.

Sou um foragido e um sobrevivente. Alguém que conseguiu escapar do anonimato, que vem do sofrimento menor, da tragédia cotidiana e obscura que se desenrola sob os tetos de minha pátria, abafada em soluços, a tragédia da vida-nada, da vida-ninguém. Se algum sentido tem o que escrevo, é dar voz a esse mundo sem voz."

Ferreira Gullar foi um poeta autêntico, que se revolucionou diversas vezes ao longo de seu caminho. De início, foge da quitanda, foge da vida sufocante de seu quintal, em busca de uma poesia pura, em busca dos limites da linguagem. Gullar mergulha nos experimentalismos vanguardistas e atinge o extremo da forma sem conteúdo, forjando junto com os irmãos Campos e Décio Pignatari o concretismo (1). Logo se arrepende dessa aventura que julga vazia e, no ano seguinte, desvincula-se do grupo; segue suas experiências procurando resgatar o conteúdo, o discurso que perdera e que daria sentido às palavras soltas do concretismo. Nas suas próprias palavras: "Eu disse que, a certa altura de minha vida, implodi a linguagem, propondo em seguida que se fizesse uma poesia assintática, ou seja, sem discurso. (...) O grande erro da poesia concreta - e confesso-me aqui culpado por haver sido o autor daquela proposta - foi acreditar que se poderia fazer poesia sem discurso, quando a linguagem verbal é, por natureza, discursiva: sujeito, verbo, objeto. Pois a palavra que está no dicionário é abstrata, a palavra em estado de dicionário, conforme o poeta Carlos Drummond de Andrade, ainda não é poesia. A palavra 'flor' é uma abstração. Agora, a flor que existe é aquela flor que eu cheiro, a flor da minha infância, a flor que se debruça sobre o muro. A palavra, para existir, implica vida, vivência, convivência. Essa é a palavra do poeta. Bem, como eu disse há pouco, a linguagem só se dá no discurso. Então, o poeta está condenado ao discurso, mas ele não quer discursar, porque o discurso conduz inevitavelmente ao conceito e a uma simplificação das coisas, da experiência humana. Se vejo um jarro de flores, ele pode ser indiferente a mim, mas se de repente ele se revela, sua atualidade é que é poesia. A poesia, para mim, é a atualização do atual, porque o mundo é um mistério de uma riqueza extraordinária. Seria insuportável viver num mundo em que toda a atualidade das coisas estivesse presente, mas, na verdade, não está. Quando sob as camadas dessa coisa cinzenta chamada rotina alguma coisa brilha, fásca, então, sim, dá-se o espanto platônico."

Depois de desligar-se dos concretistas e seguir sua própria vertente vanguardista (neoconcretismo), o processo social e político brasileiro (60/61 João Goulart) o devolve num choque à realidade, e o poeta deixa as experimentações vanguardistas e se

engaja na luta política. Eleito presidente dos CPCs (Centros Populares de Cultura, promovidos pela UNE), passa a fazer cordéis - que tanto haviam fascinado sua infância nordestina - para elevar a consciência política do proletariado: "Eu não queria mais fazer literatura, e sim mobilizar minha capacidade de escrever, de usar o verso, para fazer a revolução." Um dos cordéis de Gullar, "João Boa Morte - Cabra Marcado Pra Morrer", dá origem a um dos maiores documentários brasileiros: "Cabra Marcado Pra Morrer", de Eduardo Coutinho, que conta um pouco do surgimento das ligas camponesas e o drama da líder Elizabeth Teixeira.

Com a ditadura de 64, os CPCs são fechados, e Ferreira Gullar vai para um longo exílio do qual só retorna graças à mobilização de amigos como Glauber Rocha e Vinícius de Moraes. Gullar reconhece mais tarde que durante o período de intenso engajamento político nos CPCs foi medíocre tanto na qualidade da arte que criava como na habilidade para conscientizar o proletariado. Mas não renega essa sua experiência, como muitos críticos de sua obra gostariam. Gullar comenta: "...o golpe militar de 1964 iria me reconduzir à realidade, fazendo-me ver que, negando em mim o poeta, não conseguira salvar o povo humilde, nem tampouco fizera do poema veículo de uma verdade sociológica. Tratei de repensar minha atitude em face da literatura e da revolução, disso resultando uma retomada do discurso poético, ainda que noutros termos. O engajamento político servira para me reconduzir à condição de 'brasileiro' e à realidade cotidiana; a retomada do discurso implicava um reencontro com minha linguagem poética anterior ao Roçzeiral enriquecida do vocabulário coloquial (2). Enfim, aos poucos fui me dando conta de que se abria um novo caminho para minha poesia, que essencialmente consistia em operar a alquimia poética já não sobre material metafísico ou existencial mas também sobre a matéria banal da linguagem comum." Foi no exílio que escreveu o que viria a ser considerado o melhor poema brasileiro do século: "Poema Sujo".

A partir desse momento, sua poesia mergulha profundamente no aspecto humano, enobrecendo a idéia política. Retoma sua São Luís, seu quintal, seus galos, suas galinhas e constelações. Sua poesia deixa de ser panfletária e restrita para revelar a universalidade da arte poética de um poeta político. "De fato, entre o político, na acepção larga da palavra, e o partidário de uma política, que é, por necessidade, ocasional e efêmera, vai a distância que separa o que é provincial e até provinciano do que é e permanente", como diz o crítico Wilson Martins. Ferreira Gullar opta por ser político na acepção humana e cotidiana que essa palavra carrega, por isso mesmo

universal e permanente. Oferece agora a voz poderosa da poesia em socorro do homem injustiçado e oprimido, em favor das idéias nobres, em nome de um ideal e de uma crença.

"A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso quis eu fazer a minha poesia, dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz."

NOTAS:

(1) Concretismo: "Tecnicamente, poesia concreta é a denominação de uma prática poética, cristalizada na década de 50, que tem como características básicas: a) a abolição do verso; b) a apresentação "verbivocovisual", ou seja, a organização do texto segundo critérios que enfatizem os valores gráficos e fônicos relacionais das palavras; c) a eliminação ou rarefação dos laços da sintaxe lógico-discursiva em prol de uma conexão direta entre as palavras, orientada principalmente por associações paranomásticas." (Augusto de Campos)

(2) Roçzeiral, ou Roseiral, é o poema marco em que Gullar leva a linguagem até seu limite, esfacelando-a.

por Jefferson Vasquez, graduando em letras pela Unicamp e professor do projeto de extensão comunitária "Cursinho da Moradia".

HOMEM COMUM

Sou um homem comum
de carne e de memória
de osso e esquecimento.
e a vida sopra dentro de mim
pânica
feito a chama de um macarico
e pode
subitamente
cessar.

Sou como você
feito de coisas lembradas
e esquecidas
rostos e
mãos, o guarda-sol vermelho ao meio-dia
em Pastos-Bons
defuntas alegrias flores passarinhos
facho de tarde luminosa
nomes que já nem sei
bandejas bandeiras bananeiras

tudo
misturado
essa lenha perfumada
que se acende
e me faz caminhar
Sou um homem comum
brasileiro, maior, casado, reservista,
e não vejo na vida, amigo,
nenhum sentido, senão
lutarmos juntos por um mundo melhor.
Poeta fui de rápido destino.
Mas a poesia é rara e não comove
nem move o pau-de-arara.
Quero, por isso, falar com você,
de homem para homem,
apoiar-me em você
oferecer-lhe o meu braço
que o tempo é pouco
e o latifúndio está aí, matando.

SUBVERSIVA

A poesia
quando chega
nem pai nem mãe.
Quando ela chega
de qualquer de seus abismos
desconhece o Estado e a Sociedade Civil
infringe o Código de Águas
como puta
nona
em frente ao Palácio da Alvorada.

E só depois
reconsidera: beija
nos olhos os que ganham mal
embala no colo
os que têm sede de felicidade
e de justiça
E promete incendiar o país



PRIMEIROS ANOS

Para uma vida de merda
nasci em 1930
na rua dos Praxeres
por onde me arrastei
combatendo baratas, formigas
caranguejeiras

exceto o terror
Criação asfixiada
as galinhas escavam,
longe longe do amor)
de trás de mirantes e palmeiras
embrulhado em seu barulho azul
E no entanto o mar jazia perto
rolavam
sobre nossas telhadas
Do meu quarto
ouvia o século XX
me esfregaram na lama
e me soltaram os colhões
em plena capital do país
sem ter sequer uma arma na mão.

(Buenos Aires, 1975)

O AÇÚCAR

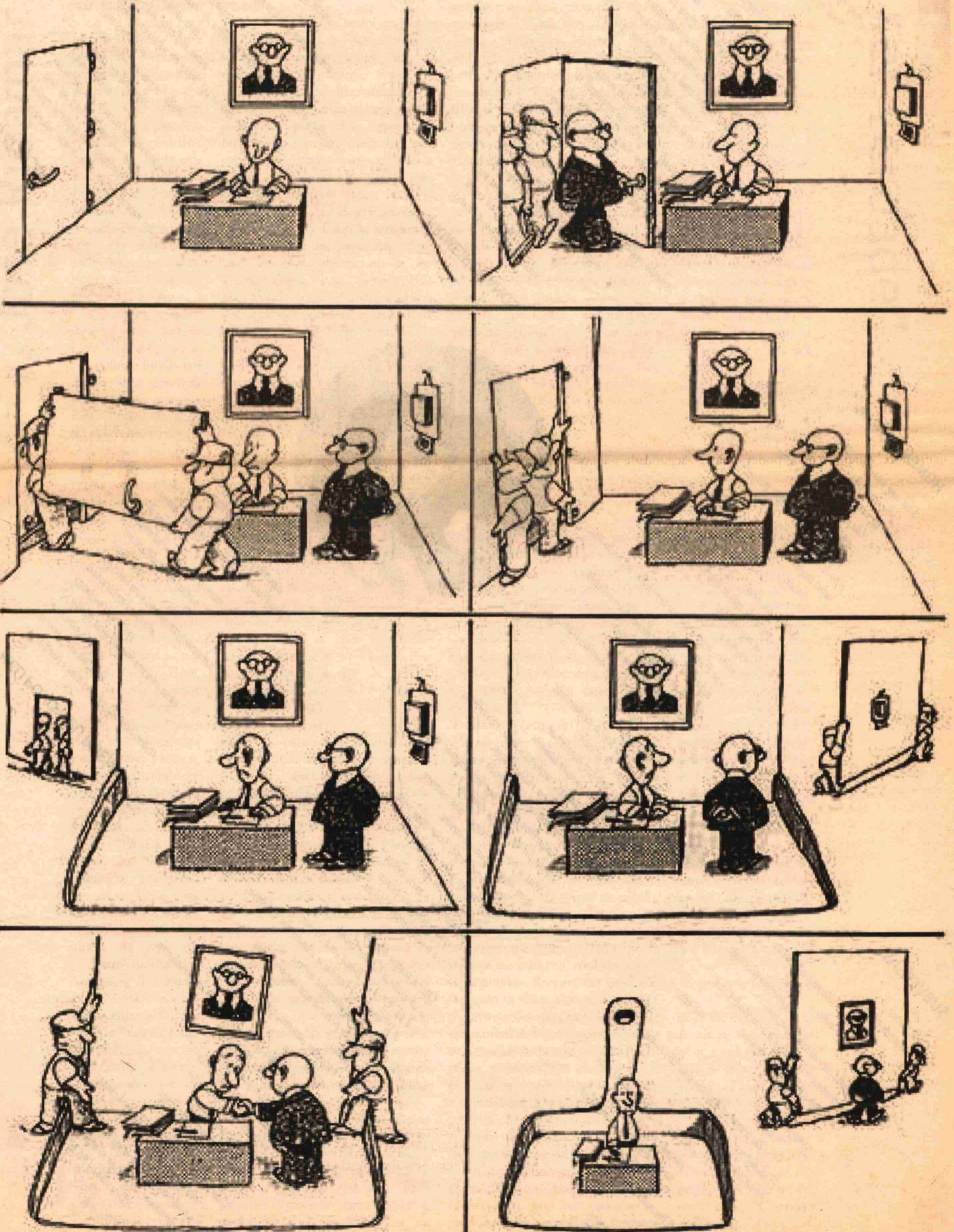
O branco açúcar que adoçara meu café
nesta manha de Ipanema
nem surgiu dentro do açúcar
como beijo de mim
e afael ao paladar
Vej-o puro
na pele, flor
que se dissolve na boca. Mas este açúcar
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira,
Este açúcar veio
de uma usina de açúcar em Pernambuco
ou no Estado do Rio
grande de Minas Gerais.
Este açúcar era caro
e veio dos canaviais extintos
que não nascem por acaso
Em bagres distantes, onde não há hospital
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.
Em usinas de açúcar,
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adogo meu café esta manha em Ipanema.

MEU POVO MEU POEMA

Meu povo e meu poema cresceram juntos
como árvore nova
a árvore nova
nascendo no fruto
como no canavial
No povo meu poema está maduro
como o sol
na garganta do futuro
Meu povo em meu poema
se reflete
como a espiga se funde em terra fértil
Ao povo seu poema aqui deu
menos como quem canta
do que planta

Que o tempo é pouco
e aí estão o Chase Bank,
a II & T, a Bond and Share,
a Wilson, a Hanna, a Anderson Clayton,
e sabe-se lá quantos outros
braços do polvo a nos sugar a vida
e a bolsa
Homem comum, igual
a você,
crugo a Avenida sob a pressão do imperialismo.
A sombra do latifúndio
turva as águas do mar
e a infância nos volta
à boca, amarga,
sujia de lama e de fome.
Mas somos muitos milhões de homens
comuns
e podemos formar uma muralha
com nossos corpos de sonbo e margaridas.
(Brasília, 1963)

REFORMA



da imprevidência:

Falar sobre a reforma da Previdência nestes tempos em que ela é pauta nacional parece fácil, afinal, todos temos uma opinião acerca de como gostaríamos que fosse um sistema previdenciário, certo? Errado. A realidade que encontramos é um pouco diferente disso. Fora dos círculos acadêmicos e partidários, poucas pessoas sabem o que significam termos como "sistema distributivo", "fundos capitalizados de pensão", "integralidade" e "paridade". Tratemos, então, de abordar alguns desses conceitos, antes de falar dessa reforma da previdência em específico.

Surgidos na Europa no final do século XIX, os sistemas de previdência apareceram como iniciativas dos trabalhadores para auto-proteção. O modelo era solidário, porque todos contribuíam para prover a sustentação da geração anterior; ou seja, os trabalhadores da ativa "doavam" uma parte de seus salários para os trabalhadores aposentados, seus pais e avós. Era, ainda, distributivo, já que todo o dinheiro "arrecadado" pelas contribuições de cada trabalhador da ativa era dividido com os aposentados. Esse modelo de sistema se desenvolveu, e no século passado apareceram outras formas, como o sistema de capitalização, onde cada trabalhador, em separado, destina uma parcela de seu salário para um fundo a ser usufruído quando não puder mais trabalhar. E esse dinheiro guardado, uma espécie de poupança, é aplicado em investimentos, para aumentar os ganhos no futuro. Por enquanto, todos esses modelos têm algo em comum: são particulares. Isso significa que os Estados ou governos, nada têm a ver com a segurança do sistema.

Em vários casos, ocorria que o responsável pela administração das contribuições desviava parte do dinheiro, ou as aplicações eram feitas em investimentos que davam prejuízo. Diante dessa insegurança, os trabalhadores começaram a exigir que o Estado assumisse esses fundos como sendo de importância para toda a sociedade, e por isso deveria haver algumas garantias. Todo trabalhador deveria ter assegurada sua aposentadoria, e por isso o Estado deveria administrar o sistema de previdência. Diante da resistência dos governos e das empresas (que nascidas dessa necessidade social enriqueciam-se às custas dos trabalhadores) ocorreram diversas lutas, na quais os operários europeus tiveram participação destacada. Vitoriosos os trabalhadores, nasciam os primeiros sistemas públicos de previdência, sistemas estes baseados na repartição solidária. O bolo da previdência era financiado por contribuições dos trabalhadores da ativa e de impostos cobrados dos patrões. No Brasil, estes recursos foram geridos pelo Estado, inclusive, para financiar programas fundamentais de seguridade social, como afastamentos, investimentos em saúde, etc.; recursos que eram complementados pelo Estado, pois compreendia-se que a saúde não poderia ser bancada somente com a contribuição dos trabalhadores da ativa.

No Brasil, existem dois regimes de previdência, que se diferem em alguns pontos: o regime do trabalhador da iniciativa privada (das empresas

particulares) e o regime do trabalhador do serviço público (dos órgãos administrativos e dos serviços públicos do Estado, como educação e saúde). Os servidores públicos, hoje, contam com aposentadoria integral e paridade. Isso significa que se aposentam com o mesmo valor do último salário na ativa, e têm sua aposentadoria reajustada pelo mesmo índice que o trabalhador da ativa. Isso se deve a diversos motivos, mas definitivamente não é um privilégio: para tanto, contribuem mensalmente com uma porcentagem relativamente maior que os trabalhadores da iniciativa privada, e não contam com um fundo de garantia, como o FGTS dos trabalhadores não públicos.

Alegando existir um rombo nas contas da Previdência, o governo propôs uma reforma no sistema; reforma esta que corrigiria "distorções" no setor apontado como culpado: o público. Para isso, manipulou os dados de forma a "comprovar" um rombo causado pelos funcionários públicos. Poderíamos usar este espaço para "descomprovar", mas isso já foi feito pelos especialistas, que mostraram elementos como o saldo da seguridade pública, que vem sendo positivo nos últimos anos (dados do próprio governo), e o fato de o governo não pagar sua parte na contribuição dos funcionários públicos, além de inúmeros outros truques de contabilidade.

Poderíamos destacar ponto por ponto da reforma, como a contribuição dos inativos, teto, subteto, redução das pensões, tempo de carreira... e discutir sua necessidade ou não. Mas, para nós, estudantes e usuários do serviço público, os elementos mais importantes são dois: os impactos que a reforma causará aqui na Unicamp e os impactos que, como um todo, causará ao conjunto da população brasileira. Aproximadamente 25% dos professores da Unicamp e das universidades públicas e uma grande parte dos funcionários podem se aposentar já neste ano, para se proteger dos prejuízos que a reforma pode causar. Isso significa, em termos quantitativos e qualitativos, uma perda considerável no quadro de professores e de funcionários da Unicamp. Representa, pois, mais um passo dado em direção ao sucateamento: os professores aposentados não serão substituídos, ou o serão por docentes em regime parcial, sem compromisso com a pesquisa e com a extensão. Os funcionários devem ser substituídos por terceirizados, com a precarização e aumento da exploração do trabalho.

Podemos ver que o projeto representa um gigantesco perigo para a população brasileira. Ao estabelecer um teto (a aposentadoria máxima que um trabalhador pode receber do estado), o projeto já prevê

utilização de um sistema complementar, ou seja, um fundo privado de pensão (privatização da Previdência). Já falamos aqui dos perigos desse modelo. Só para termos uma idéia, os valores que hoje são geridos pelo Estado (e estes recursos são usados pelo Estado não só para a Previdência, mas para se movimentar como um todo e para garantir políticas sociais e de seguridade) passarão para as mãos das empresas e fundos de pensão; esses valores chegarão perto do equivalente a um PIB num período curto de tempo. Essas empresas podem quebrar a qualquer momento, deixando todos os seus membros sem nenhum centavo, como já aconteceu na Argentina, no Chile e nos EUA, países que já fizeram a mesma reforma proposta agora pelo atual governo brasileiro.

A grande imprensa mostra os grupos de resistentes à reforma da Previdência como corporativistas, e os satanizam como se eles estivessem lutando simplesmente para defender "privilégios". Existem, de fato, setores corporativistas, como, por exemplo, os militares e os juízes. Mas, diante dos perigos dessa reforma, é necessário lutar pela garantia de um sistema público de Previdência, o que é uma condição imprescindível para que o serviço público como um todo não se extinga. Face à negativa do governo em discutir com a sociedade o conteúdo dessa reforma, face à ofensiva contra o funcionalismo público encampada nos meios de comunicação, aqui na Unicamp e em mais 34 Universidades Públicas, o caminho para mostrarmos nossa indignação com essa reforma e nossa preocupação para com o serviço público (hospitais públicos, escolas públicas, previdência pública, assistência social, etc) e o futuro do governo Lula foi a realização de greve. Ao paralisar nossas atividades desde o dia 8 de agosto, a comunidade universitária da Unicamp pretende protestar contra o descaso com o serviço público e chamar a atenção da sociedade sobre a gravidade desse projeto, que nada de traz de justiça social.

Problemas no sistema de Previdência temos, mas queremos resolvê-los através de discussões com todo o conjunto da sociedade, e não através de medidas que visam a destruir o serviço público, único meio ao qual pode recorrer a maior parte de nossa população, que não tem recursos para pagar planos de previdência privada, planos de saúde privada, universidades privadas.

Conrado Sousa é estudante de ciências sociais pela Unicamp e representante discente no Conselho Universitário (CONSU).

DEMOLIÇÃO do serviço público

No Cursinho Popular da Moradia, dois irmãos apresentaram a mesma documentação solicitando isenção do vestibular da Unicamp este ano, sendo que só um deles foi contemplado. Uma vez que não há impedimento para que mais de uma pessoa da mesma família obtenham isenção, seriam claros os critérios?

- Das 144 páginas da Revista do Vestibulando 2003, 41 possuíam estampados em seus títulos ou subtítulos termos que enfatizavam a lógica do mercado e o senso de disputa entre estudantes e cursos (a fim de atrair mais vestibulandos, e para que os ingressantes tenham como única esta perspectiva), tais como: ranking, empresários do futuro, empresas, oportunidade, mercado, mercado de trabalho, mercado em expansão, emprego. Em anos anteriores isto não se dava de maneira tão explícita; sugere que os tempos são outros (mais competitivos, ou selvagens) e que a Unicamp vem mudando o seu caráter (de público para privado).

PERFIL UNICAMP

Trechos extraídos do documento "Perfil de inscritos e ingressantes", da Comvest, ref. dados do vestibular 2002, a partir do Questionário Sociocultural respondido pelos candidatos (www.comvest.unicamp.br/vest2003/16_anos.pdf) e do site do IBGE (www.ibge.gov.br).

- 76% dos candidatos não trabalham e têm seus gastos financiados pela família e 56% possuem pais com formação superior.
- Quanto à renda familiar, 36% das famílias recebem até 10 salários mínimos; 45% recebem entre 11 e 30 salários mínimos e 19% recebem mais de 30 salários mínimos.
- Apenas 12,5% dos ingressantes possuem renda familiar de 1 a 5 salários mínimos. No quadro geral da população, 52% das famílias brasileiras recebem até 5 salários mínimos (dados do IBGE).
- 65,8% dos ingressantes estudaram em escolas particulares de segundo grau; 68,5% fizeram cursinho.

VESTIBULAR da unicamp:

A nova direção da Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares Unicamp) assumiu com um discurso de ampliar o acesso a esta universidade. Fazer um "vestibular democrático". Porém, nas intervenções públicas da Comvest, especialmente na figura de seu coordenador, prof. Leandro Tessler, tem-se discutido com muita superficialidade pontos fundamentais como, por exemplo, uma relação mais necessária entre o acesso (via vestibular, sob responsabilidade da Comvest) e a permanência (questões de assistência estudantil, que dizem respeito à Pró-Reitoria de Graduação).

Ainda, falta à Comvest uma discussão sobre a razão de ser do vestibular, base para questões muito importantes como a da vontade política pela inclusão de pessoas de baixa renda e de um aprofundamento no debate sobre cotas. Historicamente, coube ao movimento estudantil da Unicamp propiciar este tipo de debate, cujos bons resultados nem sempre são ouvidos pela instituição; esta

estrategicamente se cala e se nega a reconhecer estes fóruns.

De qualquer forma, a Comvest implementou para o vestibular 2004 (deste ano) algumas medidas que se referem à política de isenção da taxa de inscrição do vestibular para alunos carentes. Resta avaliarmos se são estas medidas que colaboram efetivamente com um processo de democratização da educação superior e se para a Comvest e para a Unicamp há uma postura sistemática nesse sentido.

Isenção da taxa de inscrição

Conforme determinação oficial da Unicamp, o número de isenções deve ser igual ao número de ingressantes na graduação. Assim, devem ser oferecidas 2.934 isenções de taxa para este vestibular, número equivalente aos ingressantes previstos para 2004. A inovação é que este ano, além deste número de isenções integrais, haverá outras 2.934 isenções parciais (pagamento de 50% do valor da inscrição).

Reconhecer que, dentro da política de vestibulares da Unicamp, a implantação dessas isenções parciais representaria um relativo avanço não nos impede de avaliar o modo como esse processo de isenção se realiza, como é apresentado aos estudantes do ensino médio e em que medida

dialoga com o conjunto de ações (se porventura existir) da Unicamp em favor da democratização do acesso.

No vestibular passado, somente 2.574 dos alunos que se enquadraram nos critérios sócio-econômicos para a isenção, foram contemplados. Os representantes discentes do CONSU (Conselho Universitário), em conjunto com cursinhos populares da região de Campinas e com o DCE, exigiram que o número de isenções fosse ampliado a fim de atender a todos os selecionados na análise sócio-econômica da Comvest - receberam a recusa do reitor Carlos Henrique de Brito Cruz.

Trata-se, pois, de um número tecnocrática e arbitrariamente definido, inflexível e que se demonstra insuficiente. O vestibular 2003 contou com 46.492 inscritos; ao fixar o número de isenções em 2.574 (5,5% do total), a Unicamp aceitou como legítimo que somente este número de pobres poderia prestar o seu vestibular. Ainda, a Unicamp sugere que, pelo fato de o número de isenções ter sido equivalente ao de ingressantes, a culpa de não ter havido 100% de ingressantes pobres em 2003 é dos próprios pobres (pois a Unicamp teria feito a sua parte ao dar condições - matemáticas - para isso), e não da instituição ou do sistema do qual ela pertence e legítima.

A divulgação

A divulgação da possibilidade de isenção da taxa e de seu cronograma é absolutamente desconhecida da maioria dos alunos de baixa renda, especialmente os da rede pública de ensino. Na maior parte das vezes, inclusive, os secundaristas da rede pública desconhecem em minúcias o

que venha a ser o vestibular, que nas universidades públicas não se paga mensalidade, que há (ou deveria haver) mecanismos de assistência estudantil, etc. Em contrapartida, o vestibular da Unicamp (num momento em que não se pode mais requerer isenção de taxa) é amplamente divulgado (e atinge mais diretamente a rede privada de segundo grau e os cursinhos pagos), com a finalidade de arrecadar fortunas numa relação dialética com o "prestígio" que a Unicamp goza ao se apresentar como ilha da fantasia, sobretudo através do Manual do Vestibulando.

O prazo para solicitar a isenção de taxa foi de 1º a 19 de julho de 2003, período em que muitos dos potenciais vestibulandos sequer estão pensando no exame, ou estão em férias escolares. A preocupação com o vestibular só se dá quando as universidades se dirigem à imprensa, os manuais passam a ser vendidos nas agências bancárias (no caso da Unicamp, a partir de 25/08/2003) e os estudantes passam a debatê-lo. Quando chega este período, o vestibulando já perdeu o prazo de isenção e deverá pagar, se quiser participar dos vestibulares das três estaduais públicas (Unicamp, USP e Unesp), uma quantia superior a R\$ 200,00 (além dos manuais - aos quais não há isenção - e os custos eventuais com transporte, alimentação e estadia). Em geral, o aluno de baixa renda não passa sequer por esta primeira etapa do vestibular.

É revelador o fato de a Unicamp disponibilizar o formulário de pedido de isenção em apenas 25 agências do Banespa-Santander no estado de São Paulo (enquanto são 97 as agências no estado que vendem o manual), ao passo que a venda do manual se efetua em 125 agências de todo o Brasil. Um agravante é que este ano as agências bancárias foram veementemente orientadas a entregar somente um formulário por pessoa; por exemplo, integrantes de cursinhos populares que tentaram levar mais de um formulário para entregar a colegas de suas cidades (como em anos anteriores) foram impedidos de fazê-lo.

Assim, restaram duas opções ao aluno de baixa renda que, conhecendo a Unicamp e sua natureza teoricamente gratuita, soubesse também da possibilidade de isenção de seu vestibular e quisesse pleiteá-la: ou se encaminhar a uma destas 25 agências (as despesas de viagem poderiam superar o valor da inscrição), ou acessar a Internet e imprimir o formulário de isenção, disponível no site da Comvest. Acontece que são poucos os alunos de baixa renda que têm acesso a computador conectado à Internet e com impressora colorida dotada de papel A4. A instrução do formulário era de que este não poderia ser fotocopiado (os alunos que assim o fizeram, por não lerem as orientações minuciosamente grafadas, deverão ter seus pedidos sumariamente negados pela Comvest). Além do mais, são poucos os alunos que têm conhecimento do site da Comvest (um dos raros lugares em que a Unicamp divulga o cronograma do pedido de isenção) antes de adquirirem o Manual do Vestibulando. A Comvest alega que estes entraves para obtenção de isenção se devem a "questões de logística"; ou seja, são medidas meramente técnicas - que, por fazerem o jogo da restrição, se confundem com medidas políticas - que visam a "facilitar o processamento".

Democratizar ou demagogizar

A nula divulgação da possibilidade de isenção interessa à reitoria da universidade por inúmeras razões: para que a procura pela isenção não seja exponencialmente maior em relação à atual (que, apesar de

DEMOcrático?

Reflexões a partir da política de isenções de taxa da Comvest

tudo, já é grande), para que mais vestibulandos carentes paguem pela inscrição (propiciando um maior faturamento à Comvest) e a oferta de isenção não pareça tão pequena, para que ingressantes de baixa renda não "saturem" os deficientes mecanismos de assistência estudantil e para que a Unicamp continue se apresentando (representando) como uma universidade livre de contradições, ideológicas e sociais.

Para que o interesse desta universidade pela democratização de seu acesso não se resume à demagogia habitual, as primeiras medidas (ainda que paliativas ou transicionais) deveriam ser de divulgação da universidade (de maneira não fantasiosa) na rede pública de segundo grau, o que poderia ser feito conjuntamente com outras universidades, principalmente as estaduais (a Unesp tem experiências neste sentido) e com a secretaria estadual de educação. Divulgar, inclusive, de maneira prévia e ampla, a possibilidade de os alunos requererem a isenção da taxa do vestibular. Além do que, não pré-fixar um número de isenções, mas preocupar-se em atender todos os vestibulandos selecionados, por uma análise sócio-econômica menos burocrática e menos nebulosa. Uma outra medida urgente (pensando agora na permanência) seria a reconfiguração e a ampliação da política de assistência estudantil (reconhecidamente injusta e insuficiente), unificando um modelo coerente para todas as universidades paulistas.

O que tem faltado à atual gestão da Unicamp e ao governo Alckmin é vontade política no sentido de optar pela justiça social; ao contrário, demonstram hospitalidade somente ao capital privado - de transnacionais e oriundo de cursos pagos - que invade a universidade. Certas razões políticas impedem que o atual governo do estado, a atual reitoria e a coordenação da Comvest estipulem programas efetivos no sentido da democratização do acesso, substituídos pela demagogização da acessibilidade. Porém, não bastassem estes percalços, que, se superados, amenizariam injustiças e acenariam para uma nova universidade integrada a uma sociedade transformada, não poderíamos deixar de considerar as injustiças e falácias do vestibular, que refletem e reforçam o modelo de sociedade que o gerou e que o nutre.

Um vestibular democrático?

A ideologia dominante busca personalizar o problema que é estrutural, colocando a culpa no indivíduo e eximindo o seu sistema capitalista. Para superar a "culpa", o indivíduo deve se esforçar e ser mais "competitivo", especializar-se acriticamente e enquadrar-se à lógica do mercado, contribuindo, com isso, para a manutenção deste estado de coisas, num círculo vicioso. Resumem esta ideologia a disseminação de cursinhos e de instituições superiores privadas, que se aproveitam da omissão do Estado ("mínimo") para ganhar fortunas, fortalecer o ideário mercadológico e participar da segregação social. O vestibular, por pertencer e se adequar a esta lógica, não destoa destas regras que regem o capitalismo neoliberal; e muito pouco foi feito pelos governos neoliberais e pela Unicamp para, ao menos, amenizar estas injustiças.

Do total de 46.492 inscritos para o vestibular 2003 da Unicamp, apenas 2.690 foram admitidos. Será que aqueles que não entraram são *indignos* ou *inferiores*? Indignos não seriam, pois a educação é um direito cabível a todos, independentemente de sexo, raça, condição social, etc. Inferiores (cognitivamente), tão pouco, pois uma

série de fatores sócio-econômicos e culturais é decisiva, via de regra, na distinção entre os "aptos" e "não aptos" (entre os "interessados" e "preguiçosos", entre os "diplomados" e os "ignorantes", entre os futuros patrões e os futuros despossuídos), além do que são criticáveis as tentativas de medição da cognição (tentativas tradicionalmente infundadas sob o ponto de vista científico, e racistas).

A avaliação do "aproveitamento" do aluno no segundo grau não deveria caber a uma instituição de ensino superior como a Unicamp, que simplesmente separa os "bons" dos "ruins" através do seu vestibular. A avaliação deveria ser uma preocupação contínua do Estado, e no próprio segundo grau; não uma avaliação que simplesmente culpe o aluno pelo seu "mau desempenho", mas que avalie o próprio Estado e apresente caminhos no sentido de uma educação pública e ampla, de qualidade e transformadora.

Conclui-se, então, que *o vestibular só existe porque não há vaga para todo mundo*, pois não teria outra razão de ser. Se, neste ano, os 100% de inscritos tirarem nota máxima no vestibular da Unicamp, haverá vaga suficiente para todos? Não! Haverá as mesmas 2.934. E, então, qual será o critério para se escolher os 2.934 "indivíduos aptos e esforçados"? Sorteio?

Da mesma forma, quem entra na universidade pensando em ser "um profissional competitivo para o disputado mercado de trabalho" deve considerar que, no dia em que todos forem "competitivos", ainda assim haverá desempregados (com a diferença de ser um *exército de reserva* um pouco mais "instruído"), pois o

modelo capitalista, excludente por natureza (e cada vez mais), necessita dessa desigualdade que ele próprio cria, para se assentar, criando falsas e egoístas esperanças, propondo como *natural* e *única* a sua lógica imposta.

Mas, há um ponto de desequilíbrio deste modelo, que mais do que em outros momentos cobra de nós um engajamento em sua superação (pois, por si só, um modelo injusto não se extingue, mas só causa mais barbárie): quando os excluídos são a esmagadora maioria, quando a crueldade nos é dada à vista por ter se tornado extremamente insustentável, à beira da implosão, e por ter perdido a sua maquiagem ideológica de harmonia. No quadro geral da sociedade, exemplos de exclusão maciça são visíveis a quem queira olhar. No caso do ensino superior público, somos apenas 1% dos que concluem o segundo grau (o que já não é a totalidade da juventude), e a perspectiva é de um agravamento a cada vez que o Estado deliberadamente se desmonta para salvar o capitalismo de sua crise estrutural.

O vestibular é coerente com esta sociedade que o inventou; não falamos do vestibular que se resume para muitos a uma inocente prova

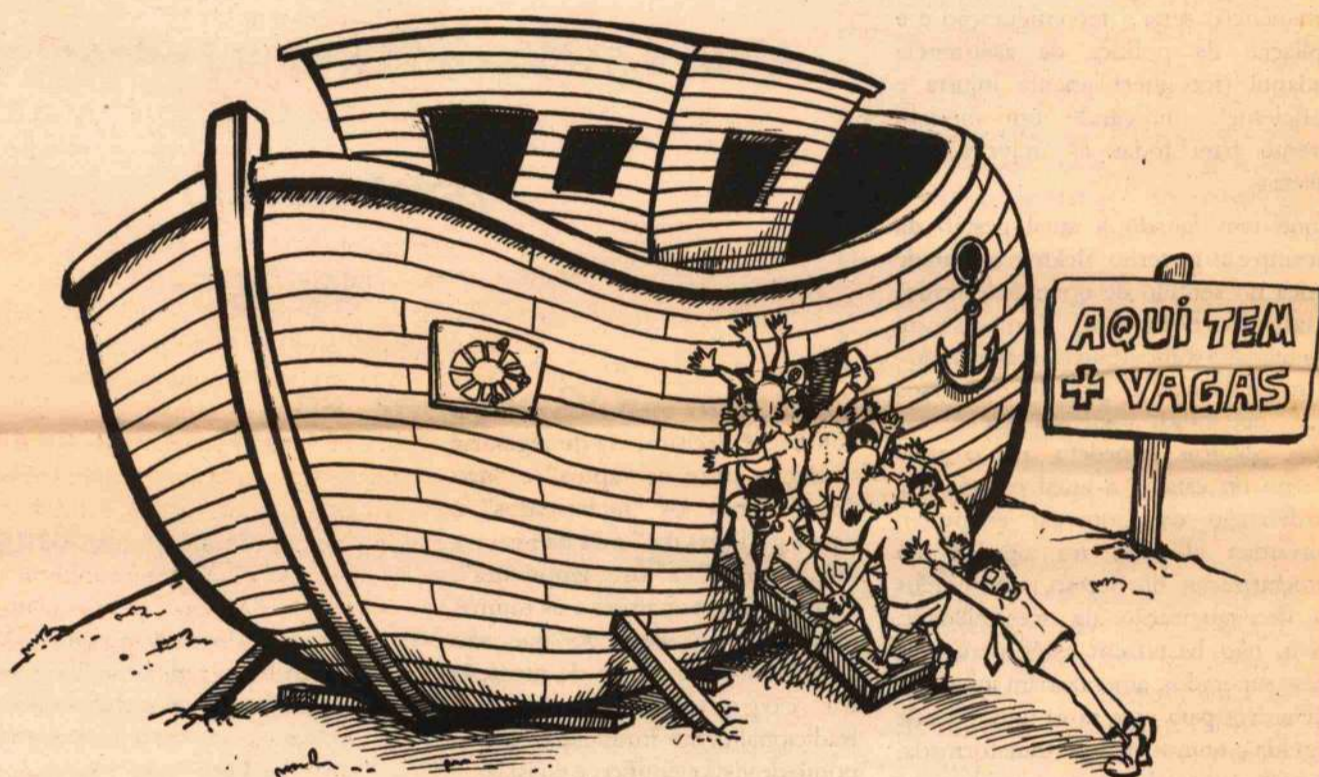
feita ao final do ano, mas sim do vestibular compreendido como um conjunto de barreiras muito mais complexas e sistemáticas: sociais, econômicas, culturais, ideológicas. "Vestibular democrático" é uma contradição em termos. O vestibular é o principal critério excludente da sociedade capitalista no que diz respeito à educação superior, e a estrutura engessada e mercadológica da universidade é a censura que interessa ao *status quo* para que a universidade e a sociedade não se modifiquem. Hoje, é o vestibular, como em muitas sociedades passadas foram outros os critérios da classe dominante na admissão daqueles poucos que teriam acesso ao conhecimento (ao trabalho intelectual) nos termos, consciente ou inconscientemente, por ela fixados.

Paulo José Vieira (paulojv@iel.unicamp.br)
é estudante de letras da Unicamp e coordenador do DCE.

GELÉIA

REPRES ENTANTES DISCENTES

Entre os dias 12 e 15 de agosto, aconteceu o 3º Encontro de Representantes Discentes da Unicamp, organizado pelos estudantes da comissão de Avaliação, Currículo e Projeto Pedagógico do DCE. Num momento em que a universidade sofre cada vez mais com a perda de identidade, com cortes de direitos e sucateamento devido ao enfraquecimento do Estado, através de medidas impostas pelos governos neoliberais e pelas gestões autoritárias dos últimos reitores, torna-se cada vez mais importante a participação, organização e ampliação da representação discente na defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos. Foram abordados aspectos fundamentais da universidade, com os debates sobre projeto de sociedade e de universidade, sobre o PLANES Unicamp (Planejamento Estratégico Institucional) e sobre o PLANINFO (Plano Nacional de Formação de Professores, que propõe alterações nos cursos de licenciatura e de pedagogia). Para maiores detalhes, acesse: www.dceunicamp.hpg.com.br/boletim11.pdf, ou entre em contato com o DCE (a Comissão de Avaliação, Currículo e Projeto Pedagógico do DCE é aberta a todos os interessados).



Política de Expansão de vagas sendo realizada pelo Reitor

V CONGRESSO DOS ESTUDANTES

O Congresso dos Estudantes da Unicamp é a maior atividade estudantil. Conta com centenas de participantes, dos mais diversos cursos. É um bom espaço para discutir as nossas formas de atuação (sejam individuais ou coletivas) enquanto estudantes e sujeitos do mundo, e também para avaliar os caminhos do movimento estudantil em relação aos acontecimentos sociais e da universidade. A novidade deste ano é que o primeiro dia do Congresso terá espaço para oficinas; se você quer apresentar um trabalho que julgue interessante, pode se inscrever para ministrar uma oficina (informações e inscrições no DCE).

Para mais detalhes sobre data, programação e como se candidatar a delegado para o Congresso, entre em contato com o DCE ou com os centros acadêmicos.

DIVERSIDADE

S E X U A L

Desde março de 2003, o Diversidade vem se reunindo para discutir assuntos relacionados à diversidade sexual e à política. O grupo, formado principalmente por graduandos e pós-graduandos da Unicamp, conta com o apoio de professores, funcionários, pesquisadores e de outros movimentos de Campinas. O grupo vem realizando atividades (como a Semana da Diversidade ocorrida em junho e outras atividades ocorridas no final de agosto) com o objetivo de fomentar a discussão sobre gênero, preconceitos, liberdade sexual e assuntos correlatos. O grupo se reúne semanalmente na sede do DCE. Informações pelo e-mail: diversidade-informes@yahogrupos.com.br.

GERAL

MST E REFORMA AGRÁRIA

De 25 a 29 de agosto, aconteceu na Unicamp o 3º Amigos do MST. Através de debates, filmes e apresentações artísticas, o encontro teve por objetivo apresentar a questão agrária para a comunidade universitária e discutir maneiras de engajamento dos estudantes no MST ou em outros movimentos sociais que lutam pela transformação social. Os interessados podem procurar o Núcleo pela Reforma Agrária "Carlos Marighela", que se reúne na Unicamp todas as quartas-feiras, às 16h (as reuniões têm sede rotativa pelas diversas unidades; informações no e-mail: amigos_mst@yahoogrupos.com.br).

MAIS FILMES

Para quem quer assistir a bons filmes, não faltam opções na Unicamp. Além das iniciativas de estudantes que projetam filmes nas salas de exibição de suas unidades (por exemplo, Cine CAECO, Cinematografo IFCH, CineCALL, etc.), há ainda o Cine Clube da Moras, que ocorre aos sábados e domingos à noite na Moradia Estudantil da Unicamp. Ocasionalmente, ocorrem exibições em grandes telões ao ar livre, como aconteceu durante o NaMorada 2003 (exibição do documentário "Babilônia 2000", de Eduardo Coutinho, no gramado da Moradia). Todas as exibições são abertas e gratuitas, tanto para a comunidade universitária quanto para os demais interessados (especialmente os moradores de Campinas e de Barão Geraldo). O site do DCE está colhendo informações sobre agendas de filmes para, em breve, disponibilizar um resumo no endereço: www.dceunicamp.hpg.com.br/cine/. Quem tiver informações sobre agendas de exibições de filmes, bem como de outros eventos culturais (na Unicamp, em Campinas ou na região), pode entrar em contato com o DCE.

2º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO

O 2º Seminário de Extensão, organizado entre os dias 21 e 24 de agosto pelo Grupo Aberto de Extensão Comunitária, agrupou projetos de extensão desenvolvidos na Unicamp; o espaço foi importante para troca de experiências, para conhecer bairros da periferia de Campinas, para avaliar os trabalhos do Grupo Aberto de Extensão Comunitária e para traçar uma proposta de ação conjunta a fim de direcionar a universidade para um sentido público. Por mais diferentes que sejam estes projetos desenvolvidos por estudantes e por alguns professores da Unicamp, guardam em comum o interesse em refletir sobre a estrutura da sociedade no qual se inserem e de buscar maneiras de interferir sobre ela, diferenciando-se, assim, de iniciativas sociais paternalistas. Na Unicamp, o que temos visto nas últimas gestões de reitores é a propagação de cursos pagos (chamados de "extensão"), em geral muito caros, destinados por vezes a desenvolver mão-de-obra específica para determinada empresa (na maior parte das vezes, transnacionais), sem qualquer vínculo com o ensino e a pesquisa. Assim, ao invés de se "estender", o conhecimento desta universidade se restringe aos grupos empresariais dominantes e à faixa econômica, profissional e etária que interessa ao mercado (além daqueles que não podem pagar, crianças e idosos, via de regra, também ficam de fora). Por isso, além do trabalho desenvolvido por cada projeto, a ação conjunta destes é fundamental para obter o reconhecimento institucional em favor de um programa efetivo pela extensão gratuita e aberta, que traga contribuições, inclusive, para o conhecimento produzido nesta universidade, uma vez que a extensão é uma das componentes do tão falado tripé universitário (ensino-pesquisa-extensão). Maiores informações: salaextensao@yahoogrupos.com.br; para saber mais sobre extensão comunitária e alguns dos projetos existentes, acesse: <http://www.dceunicamp.hpg.com.br/projetos/>.

EXIBIÇÃO PÓSTUMA

O Centro Acadêmico de Letras e Linguística - CALL exibiu no último dia 20 o documentário "Rede Globo: Muito Além do Cidadão Kane", abrindo o CineCALL da nova gestão do CA. Como a sala de projeção do Instituto de Estudos da Linguagem não comportou toda a platéia, uma nova exibição será agendada para o dia 5 de setembro (às 12h, na Sala do Telão do IEL), um mês após a morte de Roberto Marinho. "Rede Globo: Muito Além do Cidadão Kane" é um documentário inglês do começo da década de 90, que conta a constituição do império global no decorrer da trajetória política brasileira (alguns relatos das jogadas políticas que favoreceram a rede, bem como casos de manipulação ideológica em favor das classes dominantes). O documentário foi proibido no Brasil, por mandato judicial encomendado por Roberto Marinho; as cópias que existem são piratas. Para setembro, o CALL promete distribuir cópias do documentário em VHS, DVD ou CD-Rom para grupos sociais e movimentos interessados. Maiores informações, no e-mail: call-quer-coisa@yahoogrupos.com.br.

Se os TUBARÕES fossem HOMENS

- Se os tubarões fossem homens - perguntou ao senhor K. a filha de sua senhoria - eles seriam mais amáveis com os peixinhos?

- Certamente - disse ele. Se os tubarões fossem homens, construiriam no mar grandes gaiolas para os peixes pequenos, com todo o tipo de alimento, tanto animal quanto vegetal. Cuidariam para que as gaiolas tivessem sempre água fresca e tomariam toda espécie de medidas sanitárias. Se, por exemplo, um peixinho ferisse a barbatana, lhe fariam imediatamente um curativo, para que não morresse antes do tempo. Para que os peixinhos não ficassem melancólicos, haveria grandes festas aquáticas de vez em quando, pois os peixinhos alegres têm melhor sabor do que os tristes.

Naturalmente haveria também escolas nas gaiolas. Nessas escolas os peixinhos aprenderiam como nadar para a goela dos tubarões. Precisariam saber geografia, por exemplo, para localizar os grandes tubarões que vagueiam descansadamente pelo mar. O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura. Os peixinhos saberiam que este futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam evitar toda inclinação baixa, materialista, egoísta e marxista, e avisar imediatamente os tubarões, se um deles mostrasse tais tendências.

Se os tubarões fossem homens, naturalmente fariam guerras entre si, para conquistar gaiolas e peixinhos estrangeiros. Nessas guerras eles fariam lutar os seus peixinhos, e lhes ensinariam que há uma enorme diferença entre eles e os peixinhos dos outros tubarões. Os peixinhos, iriam proclamar, são notoriamente mudos, mas silenciam em línguas diferentes, e por isso não podem se entender. Cada peixinho que na guerra matasse alguns outros, inimigos, que silenciam em outra língua, seria condecorado com uma pequena medalha de sargaço e receberia um título de herói.

Se os tubarões fossem homens, naturalmente haveria também arte entre eles. Haveria belos quadros, representando os dentes dos tubarões em cores soberbas, e suas goelas como jardim que se brinca deliciosamente. Os teatros do fundo do mar mostrariam valorosos peixinhos nadando com entusiasmo para as gargantas dos tubarões, e a música seria tão bela, que seus acordes todos os peixinhos, como orquestra na frente, sonhando, embalados, nos pensamentos mais doces, se precipitariam nas gargantas dos tubarões. Também não faltaria uma religião, se os tubarões fossem homens. Ela ensinaria que a verdadeira vida dos peixinhos começa apenas na barriga dos tubarões.

Além disso, se os tubarões fossem homens, também acabaria a idéia de que os peixinhos são iguais entre si. Alguns deles se tornariam burocratas e seriam colocados acima dos outros. Aqueles ligeiramente maiores poderiam inclusive comer os menores. Isso seria agradável para os tubarões, pois eles teriam com maior freqüência bocados maiores para comer. E os peixinhos maiores, detentores de cargos, cuidariam da ordem entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, construtores de gaiolas, etc. Em suma, se os tubarões fossem homens, haveria uma civilização no mar.

Bertold Brecht, teatrólogo alemão (1898-1956)

EM BREVE

V CONGRESSO DOS ESTUDANTES DA UNICAMP

Informações com o DCE e com os CAs

LEIA o quiique

O Jornal do Centro Acadêmico de Artes da Unicamp
oquiique@iar.unicamp.br

ASSINE O BRASILdeFATO

Plano Anual (52 edições): R\$100,00

LIGUE: (019) 37887042

ou escreva para: dce_2003@yahoogrupos.com.br